

A mobilização da Interempresas: um caso especial de implantação social da esquerda revolucionária

Miguel Angel Pérez Suárez

O golpe de 25 de abril de 1974 despoletou uma vaga de conflituosidade laboral sem precedente na história do país. Nas primeiras semanas de liberdade sucedem-se em catadupa os movimentos reivindicativos nas empresas, com a realização de plenários e a eleição de comissões representativas dos trabalhadores, a apresentação de cadernos reivindicativos e, eventualmente, a paralisação e a ocupação do local de trabalho. Após esta vaga inicial a necessidade de coordenar e unificar estas comissões vai surgir como uma ideia natural.

Os primeiros movimentos de solidariedade desenvolvem-se em torno da luta da Sogantal, uma pequena firma de confeções de capital francês sediada no Montijo e com apenas umas dezenas de operárias (a mão de obra era maioritariamente feminina). A entidade patronal abandona a empresa a 13 de julho e o colectivo de trabalhadoras passa a laborar em autogestão e a escoar o stock para o pagamento de salários. Diversos organismos (outras CT's, organizações e partidos de esquerda) ajudam à venda militante dos fatos de treino que são produzidos na Sogantal para efectuar o pagamento dos salários. É uma campanha de solidariedade que nos meses do Verão e Outono de 1974 vai tocar muitas empresas, entre as quais podemos documentar a Lisnave e a Efacec-Inel. O apoio externo será essencial para a manutenção da laboração da empresa.

Por outro lado, esse esforço militante de apoio é feito num quadro político muito definido. As correntes críticas com o PCP, o partido hegemónico no movimento, lutam por contestar essa realidade e encontram pontos de convergência para o fazer. A luta da TAP, com a participação de trabalhadores externos à empresa, e a manifestação da Lisnave de 12 de Setembro¹

¹ Patriarca, F. "Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974", *Análise Social*, vol. XIV (56), 1978-4.º, pág. 719. Refere, em particular, a tentativa de integrar os trabalhadores da TAP na manifestação, e os contactos com as CT's da Eni, Setenave, Efacec-Inel e CPS dos CTT.

conhecem contactos entre CT's de várias empresas. Outra iniciativa das CT's é relevada pelo historiador britânico Peter Robinson no quadro da movimentação spinolista da maioria silenciosa. No próprio dia 28 realiza-se uma manifestação independente contra a manifestação da direita, dinamizada por CT's e alguns grupos da extrema esquerda².

Com a derrota do general Spínola em setembro dá-se um salto no processo político da revolução. O ambiente de crise económica alastra, enquanto os casos de fuga de patrões começam a multiplicar-se, assintindo-se a uma proliferação de empresas que entram em autogestão. Este fenómeno multiplicar-se-á nos primeiros meses de 1975, abrangendo centenas de empresas de norte a sul do país.

Na Efacec-Inel, uma importante empresa com instalações nos arredores de Lisboa e no Grande Porto mas com trabalhos de empreitada espalhados em várias regiões, os trabalhadores de Lisboa mandatam a CT para visitar outras empresas e contactar as suas CT's no sentido de informar-se da situação concreta e coordenar eventuais esforços em comum³. Um papel importante terá sido também o da CT da Eni⁴, uma empresa de electricidade que fazia trabalhos em diversas empresas (como a Lisnave) num sistema semelhante à Efacec.

Destes contactos entre CT's vai nascer uma comissão Interempresas que aparece publicamente em Janeiro de 1975⁵. A estrutura vai ser coordenada por CT's com forte presença de militantes m-l, mas conta com o apoio da generalidade dos grupos à esquerda do PCP, com destaque para o PRP (influyente nos estaleiros de Almada e Setúbal) e do MES. Militantes deste último partido estavam na direcção do sindicato da indústria têxtil do sul. O MRPP, seguramente o partido de extrema-esquerda mais numeroso e influyente nesta altura, não vai dar o seu apoio formal a esta iniciativa mas militantes seus participam nela. Phil Mailer refere a existência de um bloco próximo do PCP na Interempresas, mas não temos conseguido verificar essa informação. A Interempresas é, pois, o resultado de um encontro de diversas tendências do movimento, que se unem para realizar uma acção que, como veremos, vai ter um impacto muito importante. Porém a Interempresas não vai resistir ao seu sucesso, e nas semanas seguintes verificam-se alterações importantes na correlação de forças na CT da Lisnave, uma das que mais se tinha destacado na concretização dessa estrutura.

² Robinson, p. 87.

³ Phil Mailer *Portugal: a revolução impossível?* Porto, E. Afrontamento, 1978.

⁴ Electricidade Naval Industrial.

⁵ É muito difícil descobrir as origens e os primeiros passos desta estrutura de coordenação. Alguns testemunhos referem a realização de reuniões no campo, nos arredores da Moita, nos meses finais de 1974. Testemunho de E. Pires, 15-6-2003.

A Interempresas publica durante a sua existência o boletim *Trabalhadores em luta*, que informa dos processos de luta que se vivem em várias empresas, e nos seus primeiros números dá conta dos debates que se produzem no interior das reuniões sobre a linha que a Interempresas deve defender. Segundo um texto do boletim⁶ a Interempresas tem um carácter sindical, defendendo a existência de uma única central, e não pretende criar uma “estrutura autónoma” nem substituir-se ao *Partido da classe operária, forma política superior de organização da classe*⁷, no que parece ser uma resposta a posicionamentos do PRP provindos de militantes m-l. Não convém esquecer que nessas semanas a questão da *unicidade sindical* se encontra num dos seus momentos mais quentes, com a realização a 14 de janeiro de uma imponente manifestação em Lisboa, convocada pela Intersindical e apoiada pelo PCP, MDP, FSP e MES. A maior parte dos partidos à esquerda do PCP a apoia a existência de uma única central sindical, mas tece fortes críticas ao funcionamento pouco democrático da Intersindical e à sua linha de actuação, considerada reformista.

A Interempresas vai conseguir agrupar uma trintena de CT's da região de Lisboa, mas as CT's da Efacec-Inel, Setenave, Cergal e Lisnave são as de maior relevância. Os trabalhadores da TAP ocupam também o seu lugar, mas sem ser em nome da CT, e, curiosamente, não é uma CT propriamente dita quem vai fornecer as estruturas básicas, mas a CPS dos CTT, que providencia locais e outros apoios materiais. Outros apoios sindicais de relevo são o sindicato dos têxteis do Sul e a União dos Sindicatos do Mar, onde pontificam militantes da FSP.

A realização de manobras militares da NATO nos arredores de Lisboa é o momento escolhido pela coordenadora de CT's para apelar a uma manifestação contra a NATO e o desemprego, um problema que afectava a um número cada vez maior de trabalhadores. O primeiro passo vai partir dum plenário da Efacec-Inel a 4 de Janeiro que decide realizar contactos com outras CT's para discutir o problema do desemprego⁸. Na empresa a preocupação vinha do fim do prazo dos acordos alcançados em Julho com a administração da empresa, que proibiam os despedimentos da empresa até o fim de Dezembro de 1974. A Interempresas une-se à proposta a 27 de Janeiro, e numa reunião a 2 de Fevereiro, com a presença de trabalhadores de 38 empresas, subscreve a proposta e decide dirigir-se aos sindicatos para apoiarem a manifestação⁹.

⁶ “Acerca da linha da Inter-Empresas”, *Trabalhadores em luta*, n.º 4, 18-1-1975.

⁷ *Idem*, *ibidem*.

⁸ Texto sem data inserido em *Jornal da Greve (suspensa)*, 8-7-1976.

⁹ “Texto aprovado em Reunião Interempresas de 2-2-75”, reproduzido em *Combate*, n.º 18, 28-2-1975.

A presença de tropas norte-americanas em Lisboa leva à proibição de manifestações entre os dias 7 e 12 de Fevereiro. A Interempresas mantém a sua convocatória, denunciando em conferência de imprensa a *campanha para desmobilizar as massas e desacreditar os operários promotores* da manifestação¹⁰. Efectivamente, o PCP e a União de Sindicatos do Sul¹¹ tinham-se pronunciado contra a manifestação. No dia 4 de fevereiro o Comité Central do PCP difundira um comunicado *adverte a população de Lisboa contra manifestações anunciadas com pretextos (...). A intenção dessas manifestações parece ser provocar perigosos confrontos*¹². Apela-se a não hostilizar os marinheiros no caso de desembarcarem, explicar-lhes a situação política do país e *dar-lhes mesmo recordações alusivas ao novo Portugal democrático*¹³. Segundo um artigo do *Jornal da Greve (suspensa)* dos trabalhadores da Efacec-Inel, a USS dirigira acusações de falta de representatividade dos organizadores da manifestação, e comparara-la-à da maioria silenciosa em 28 de Setembro, no programa de rádio “Alavanca” do Rádio Clube Português, a 5 de Fevereiro. Em comunicados a maior parte da esquerda revolucionária manifesta a sua adesão. Assim o fazem o MES, PRP, UDP, LUAR, LCI, PCP (m-l) e Base-FUT. Do lado dos partidos da coligação governamental, o PS apoia a medida de proibir as manifestações.

O manifesto para a convocatória põe em destaque o problema do desemprego, inserindo-o na problemática da crise do capitalismo. São definidas formas de luta como a recusa em fazer horas extraordinárias e a luta pela passagem de trabalhadores eventuais para efectivos, com referência a lutas em várias empresas (CTT, Siderurgia Nacional, Acta). A presença das tropas da NATO só é referida no final do comunicado, considerando-a intimidatória para a luta do proletariado¹⁴. O manifesto é encabeçado por uma citação de uma moção aprovado no plenário de trabalhadores da Efacec-Inel: *O desemprego é uma consequência inevitável do sistema capitalista. Cabe aos trabalhadores destruir este sistema e construir um mundo novo.*

A organização da manifestação é feita com rigor. São designados horários e pontos de encontro para os trabalhadores segundo a localização das empresas, e faz-se uma preparação para a eventualidade de existirem problemas no seu percurso. No Terreiro do Paço ir-se-ão concentrar trabalhadores desempregados das linhas do Norte e de Cascais, que marcharão

¹⁰ Diário de Notícias, 6-2-1975.

¹¹ A Intersindical se estruturara geograficamente em 1974 em duas uniões a norte e sul do país.

¹² *Documentos políticos do Comité Central do PCP (2.º Volume)*, Lisboa, E. Avante!, 1976.

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ “Todos à manifestação contra o desemprego”, Suplemento especial ao *Trabalhadores em luta*, s. d., CD 25 de Abril, U. Coimbra.

para o Rossio, ponto de concentração dos trabalhadores da linha de Sintra e do centro da capital. Unidos marcharão para o Marquês de Pombal, onde se fará a junção com as empresas da zona de Benfica, Pontinha e Loures.

A manifestação congrega uma enorme multidão de dezenas de milhar de pessoas, que alguns meios de informação chegam a calcular em 80.000 pessoas¹⁵. Na entrada para a Avenida Duque de Loulé vivem-se momentos de alguma tensão quando a manifestação encontra o caminho barrado por tropas do COPCON, comandadas pelo Major Jaime Neves. Inicia-se um diálogo entre uma delegação da cabeça da manifestação e o militar. Mas a determinação em continuar o protesto é muito forte. Quando através de megafone pergunta aos milhares de manifestantes o que fazer, a resposta unânime é “em frente”. A tropa deixa livre uma das calçadas da avenida e os manifestantes passam demoradamente, marchando depois para a Praça de Londres. Segundo a reportagem do DL:

O desfile marchou do Terreiro do Paço ao Ministério do trabalho (...) gritando de punho erguido contra o desemprego e contra a NATO, contra o capitalismo e contra o imperialismo, e reclamando, contra todos os reformismos, o poder para os trabalhadores. Os pelotões do RAL-1 que guardavam o palácio da Praça de Londres baixaram o cano das espingardas G-3 e juntaram-se aos primeiros cordões de manifestantes, confundindo os seus camuflados com os fatos de trabalho e ligando as suas vozes às dos operários que se levantavam ao som de “soldados e marinheiros são trabalhadores fardados”¹⁶.

No final da manifestação são lidos comunicados por trabalhadores da Setenave, Efacec-Inel e Cergal, que versam sobre temas variados. O trabalhador da Cergal lê um comunicado em que são abordadas várias questões ligadas ao desemprego. Pronuncia-se contra a realização de horas extraordinárias e qualifica a lei do trabalho eventual de fascista. É criticada a campanha da batalha da produção¹⁷ e a criação do serviço cívico estudantil, que é acusado de aumentar o número de desempregados. *Contra o capitalismo, contra o desemprego, nós opomos o socialismo e a democracia, porque sabemos que só na sociedade socialista nós conseguiremos resolver o problema dos despedimentos e da exploração*¹⁸.

¹⁵ *Diário de Lisboa*, 8-2-1975. O jornal apresenta um extenso relato da manifestação, com uma simpatia evidente. Outras testemunhas falam em cifras mais pequenas, na ordem de 30.000.

¹⁶ *Idem*, *ibidem*.

¹⁷ Desde finais de 1974 o PCP e a Intersindical defendiam um esforço dos trabalhadores para aumentar a produção e criar riqueza que pudesse ser distribuída.

¹⁸ “Cergal”, *Trabalhadores em luta*, n.º 4, 18-1(2)-1975.

O orador da Setenave analisa o papel da Intersindical, criticando a sua política contra as greves e considerando que a central está fora do controlo dos trabalhadores, que não participam na vida sindical. A Intersindical é caracterizada como reformista e amarela, e é um aparelho tomado pelo reformismo e o revisionismo¹⁹. Finalmente, o trabalhador da Efacec-Inel trata de assuntos puramente políticos, colocando a questão das alianças da classe operária e a colaboração de classes, que é rejeitada liminarmente. No discurso fica assente que a única classe interessada no fim do capitalismo é a classe operária e para isso deve unir-se aos camponeses pobres²⁰. Segundo a imprensa²¹ fazem uso da palavra operários da construção civil e da Lisnave, o primeiro atacando o capitalismo monopolista de estado e o segundo analisando a manifestação no quadro da criação do partido do proletariado, que nascerá da organização de classe contra os “sindicatos amarelos” e os “partidos traidores da classe operária”.

No fundo das comunicações feitas distingue-se facilmente a influência que as organizações m-l exercem sobre esses militantes, com ideias-força que fazem parte das bases políticas e programáticas desses grupos. Porém, e como víramos atrás, o apoio da extrema-esquerda é quase geral. Mas é fácil imaginar a dificuldade em manter a unidade entre agrupamentos políticos tão diversos e, na maioria das ocasiões, enfrentados entre si por profundas diferenças políticas. A estruturação de um órgão centralizado e com um projecto claro, necessário para o desenvolvimento de uma coordenação de CT's que pudesse enfrentar a influência do PCP no movimento operário, vai revelar-se impossível. Após várias reuniões posteriores ao 7 de Fevereiro a Interempresas esgota-se no confronto ideológico entre as tendências políticas que a compõem²².

Um elemento chave para essa desagregação terá sido seguramente o retrocesso sofrido pelos setores mais radicais da Comissão de Delegados dos Trabalhadores da Lisnave. Com efeito, num dos plenários prévios à manifestação de 7 de fevereiro a contestação por parte de apoiantes do PCP, críticos da manifestação, sobe de tom e nas semanas seguintes serão demitidas sub-comissões como a de Saneamento e a do Leque Salarial. É eleito um Conselho de Defesa dos Trabalhadores composto por 9 trabalhadores que se sobrepõe aos delegados de setor e que é dominado politicamente pelo PCP. A hegemonia esquerdista na Lisnave chegara ao fim.

¹⁹ “Setenave”, *Trabalhadores em luta*, n.º 4, 18-1(2)-1975.

²⁰ “Efacec”, *Trabalhadores em luta*, n.º 4, 18-1(2)-1975.

²¹ *Diário de Lisboa*, 8-2-1975.

²² A ideia de uma segunda manifestação, que seria realizada nas semanas seguintes ao 7 de Fevereiro, não se vai concretizar. Não conhecemos pormenores sobre esse projecto.

No momento mais intenso da revolução não haverá um movimento da classe, mas vários movimentos que apoiam projectos que se reclamam dela. Na crise do *Verão Quente* a organização autónoma dos trabalhadores, desenhada entre a manifestação da Lisnave de 12 de Setembro e o 7 de Fevereiro, marca a sua ausência. Existirão sim tentativas de criar uma coordenação de CT's e projectos políticos revolucionários que integram as CT's, mas que tem uma clara orientação partidária e que não vão conseguir unir a classe trabalhadora. Entre as iniciativas mais relevantes estão a Inter-Comissões de Trabalhadores de Lisboa, os Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros (CRTSM), e o Secretariado Provisório de CT's da Cintura Industrial de Lisboa (CIL). Este último é certamente o mais destacado, pela influência que detém e pela sua durabilidade.

A Inter-Comissões de Trabalhadores de Lisboa é uma iniciativa hegemónizada pelo MRPP com a participação de CT's de empresas onde a influência desse partido é manifesta, como a Timex, a Cambournac e os TLP. Com uma linha política e de actuação colada ao MRPP, a Inter-Comissões estará activa ao longo de 1975 com reuniões regulares, e participará num Congresso Nacional das CT's realizado na Covilhã no final de setembro. A marca do MRPP é mais do que evidente nesta iniciativa, tanto pelas teses que são postas a discussão como nas comissões que nela participam. De relevo ainda a formação em outubro de uma outra Inter-Comissões de Trabalhadores no Algarve, nesta mesma sensibilidade política que agrupa mais de duas dezenas de CT's daquela região.

Outra iniciativa a assinalar são os CRTSM, que celebram a sua primeira conferência a 19 e 20 de abril de 1975, no fim de semana prévio às eleições para a Assembleia Constituinte. A iniciativa, com a marca do PRP-BR, contou com a participação de trabalhadores de 161 empresas (entre as quais a Lisnave, Setenave, Siderurgia Nacional,) e 21 unidades militares. Considerava-se que a Interempresas tinha entrado num impasse após a manifestação de 7 de Fevereiro de 1975 e a aceleração da revolução impunha a criação de estruturas semelhantes aos soviets da revolução russa de 1917. Pode-se perceber das análises apresentadas pelos CRTSM's que estes defendiam as Comissões de Trabalhadores como estruturas de tipo sindical, defendendo reivindicações quotidianas de ordem económica, enquanto os CRTSM's apareceriam como órgãos políticos da classe no sentido da tomada do poder e a implantação da ditadura do proletariado.

É de assinalar a implantação militar desta iniciativa, refletindo a simpatia despertada pelo PRP-BR entre alguns militares, entre os quais Otelo Saraiva de Carvalho. A formação de CRTSM's chegou a ser discutida na Assembleia do MFA a 20 de maio, pronunciando-se esta contra a imposição da ditadura do proletariado contra a vontade do povo. Em 17 de junho de 1975, no quadro do conflito da Rádio Renascença, os CRTSM's organizaram uma mani-

festação em Lisboa que contou com a participação de milhares de trabalhadores das maiores empresas da região da capital e de soldados fardados, e o apoio do General O. S. de Carvalho. A marcha decorreu atrás de uma faixa com a palavra de ordem “Fora com a canalha – O poder a quem trabalha”.

Os CRTSM’s celebraram um segundo congresso em julho e agosto de 1975, em dois fins de semana consecutivos, que teve uma repercussão mais reduzida. Depois dele deixaram de ter uma existência pública significativa.

Finalmente em julho de 1975 vê a luz do dia o Secretariado Provisório de CT’s da Cintura Industrial de Lisboa (CIL), uma estrutura que conta com o apoio do PCP e que se prolonga até os nossos dias. Na sua origem política está a evolução que se verifica nas análises do PCP no sentido de assumir as CT’s como naturais órgãos da classe trabalhadora e apoiar os processos de recuperação de empresas pelos trabalhadores que na altura se verificavam, o que acontece nos últimos meses de 1974. Desde a sua tardia criação, a CIL está à cabeça de importantes iniciativas de massas em Lisboa, como manifestações em julho, setembro e novembro, e realiza um importante encontro de CT’s na SN do Seixal, em que participam cerca de 300 dos distritos de Lisboa e Setúbal. Nos anos seguintes haverá projeções desta coordenação nos distritos de Setúbal (CIS) e Porto (CIP), enquanto as CT’s passam a integrar de forma clara o chamado Movimento Sindical Unitário enquadrado pela CGTP-IN.

A modo de conclusão caberá dizer que a falta de continuidade da Comissão Interempresas do 7 de fevereiro de 1975 está ligada não tanto aos erros políticos ou organizativos dos seus dinamizadores como à capacidade de análise e adaptação à nova realidade manifestada pelo Partido Comunista Português e sua direção. No período que vai de outubro de 1974 ao verão de 1975 o PCP desenvolveu análises e linhas de atuação que esvaziaram os posicionamentos dos seus rivais à esquerda e lhe serviram para assegurar e fortificar a sua hegemonia no movimento operário e sindical português.

Anexo: CT’s convocantes da manifestação de 7-2-1975

- | | |
|--------------------------|--|
| 1. CT Efacec-Inel | 12. CT TAP |
| 2. CT ENI | 13. CT Xavier de Lima |
| 3. CT Gaslimpo | 14. CT Laboratórios Pfizer |
| 4. CT Messa | 15. CT Génia |
| 5. CT Melka | 16. CT Setenave |
| 6. CT Cambournac | 17. CT Empresa Açucar |
| 7. CT Sotécnica | 18. União dos Sindicatos do Mar |
| 8. CT Plessey | 19. Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra |
| 9. CT Princesa | 20. Sindicato da Marinha Mercante |
| 10. CT Applied Magnetics | 21. CPS dos CTT |
| 11. CT Cergal | |

Bibliografia

- ÁVILA, F., FERREIRA, C., LORY, B., ORSONI, C., REEVE, Ch. *Portugal: l'autre combat – classes et conflits dans la société*. Paris: Spartacus, 1975.
- BENSAID, Daniel, ROSSI, Carlos, UDRY, Charles-André, *Portugal: la révolution en marche*, Paris, Ed. C. Bourgois, 1975.
- LOUÇÃ, Francisco, e RESENDE, Manuel, “Balanço da revolução portuguesa” in *Acção Comunista*, n.º 1-2, Lisboa, 1976.
- LOUÇÃ, F. *Ensaio para uma revolução*. Lisboa: Cadernos Marxistas, 1985.
- MAILER, Phil, *Portugal: uma revolução impossível?* Porto: Afrontamento, 1978.
- MONTEIRO, Manuel. *Perder a esperança, porquê?* Coimbra, E. Centelha, 1982.
- PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO, *Revolução e contra-revolução – documentos do 25 de Abril ao 25 de Novembro*, Lisboa, Ed..
- PATRIARCA, Fátima, “Controle operário” in *Análise Social*, n.º 47-48, Lisboa, 1976.
- “Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974”, *Análise Social*, vol. XIV (56), 1978-4.º
- “Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave” in *Análise Social*, vol. XIII (51), 1977, 3.ª.
- PÉREZ, Miguel, “Contra a exploração capitalista – Comissões de trabalhadores e luta operária na revolução portuguesa (1974-75)”, Dissertação Mestrado, FCSH-UNL, 2008.
- SANTOS, M.ª de Lourdes Lima; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vítor Matias *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento, 1977.
- ROBINSON, Peter, “Workers councils in Portugal 1974-75”. Dissertação Mestrado, The Open University, 1990.

Miguel Angel Pérez Suárez

Mestre pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e investigador integrado do Instituto de História Contemporânea dessa universidade. Actualmente, desenvolve o seu doutoramento na NOVA FCSH sobre o movimento operário português na década de 1970. É autor de diversos artigos revistas especializadas e livros colectivos e de entradas no Dicionário da História de Portugal – O 25 de Abril. As suas áreas de interesse são a história do movimento operário e a história de Portugal no século XX.